



**RELATÓRIO DE
ACOMPANHAMENTO
| PROGRAMAS DE
AJUSTAMENTO MUNICIPAL**

2º semestre de 2017

FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

2º semestre de 2017

FUNDO DE APOIO MUNICIPAL

JUNHO DE 2018

SUMÁRIO EXECUTIVO

No ano de 2017, verificou-se um aumento significativo dos programas de ajustamento municipal em execução e, conseqüentemente, do apoio financeiro prestado pelo FAM aos municípios em situação de desequilíbrio financeiro.

No conjunto, entre empréstimos concedidos e garantias autónomas prestadas, a assistência financeira disponibilizada atingiu o montante de 201,3 milhões de euros no final do período.

Esta intervenção esteve na origem da recuperação que se tem vindo a verificar por parte dos municípios que se encontram com programas de ajustamento a decorrer, conforme tem sido possível demonstrar através dos relatórios de monitorização trimestral desses programas e da situação financeira de cada um dos municípios.

Os municípios intervencionados reduziram em média, cerca de 26% do respetivo rácio de dívida total, desde a deteção da situação de rutura até à prestação de contas do exercício de 2016, por via das medidas de reequilíbrio orçamental adotadas neste período e incluídas nos programas de ajustamento, bem como da concretização dos planos de reestruturação de dívida previsto na lei de recuperação financeira municipal que institui o FAM.

Do conjunto de Programas iniciados e desenvolvidos desde o arranque do FAM, a grande maioria já se encontra aprovada, tendo alguns iniciado a sua execução no segundo semestre de 2016 e os restantes durante o ano de 2017.

1. Programas de Ajustamento Municipal em execução

- 1.1. Encontram-se aprovados onze Programas de Ajustamento Municipal, dos quais nove se encontram em plena execução.
- 1.2. **A assistência financeira prestada pelo FAM atingiu o montante de cerca de 443 milhões de euros**, entre empréstimos aprovados (417,8M€) e garantias autónomas concedidas (25,1M€).
- 1.3. **O conjunto de programas aprovados e em aprovação (2017/2018) representa um montante superior a 548M€.**
- 1.4. Uma parte significativa da assistência financeira prestada pelo FAM, cerca de 71,7M€, corresponde à substituição de dívida

anteriormente concedida diretamente pelo Estado aos municípios, através da DGTF, relativa a anteriores linhas de recuperação financeira municipal (PREDE, PAEL e ATU).

2. Assistência Financeira prevista para 2018

- 2.1. Os desembolsos de assistência financeira, a conceder pelo FAM aos municípios, **atingiram os 548,5 milhões de euros, até 31/12/2018.**

3. Financiamento do FAM

3.1. Em 2017, o FAM utilizou **110 M€**, ao abrigo da linha de crédito, **até ao montante de 250 milhões de euros**, concedida pela DGTF, nos termos previstos no artigo 19º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, com as alterações da Lei nº 69/2015, de 16 de julho.

3.2. O contrato de empréstimo obteve visto prévio do Tribunal de Contas na data de 3 de abril de 2016.

4. Perspetivas futuras

4.1. O principal objetivo do FAM, nos próximos semestres, será o de continuar a assegurar a monitorização do **cumprimento dos Programas e a detetar antecipadamente eventuais desvios**, em conformidade com a estrutura de monitorização definida e implementada pela Direção Executiva.

4.2. Adicionalmente, o FAM irá procurar prestar o apoio necessário aos municípios que, não se encontrando estatisticamente em situação de rutura financeira, têm vindo a revelar capacidade para manter as responsabilidades assumidas perante terceiros.

Sigla	Designação
ABDR	Anexo ao balanço e à demonstração de resultados
AMA	Agência de Modernização Administrativa
CA	Comissão de Acompanhamento do Fundo de Apoio Municipal
CEDIC	Certificados especiais de dívida de curto prazo
CEGER	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
DE	Direção Executiva do Fundo de Apoio Municipal
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da administração Pública
FAM	Fundo de Apoio Municipal
GERFIP	Gestão de Recursos Financeiros em modo partilhado
IGCP	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público
OE	Orçamento do Estado
PAM	Programa de Ajustamento Municipal
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
POCAL	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
QUAR	Quadro de avaliação e responsabilização
RFALEI	Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais
SATAPOCAL	Subgrupo de apoio técnico à aplicação do POCAL

ÍNDICE

I. NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
II. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL.....	1
III. PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM.....	4
IV. OUTRAS SITUAÇÕES DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA.....	12
V. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAM.....	14
VI. MONITORIZAÇÃO.....	17
VII. CONCLUSÕES.....	18

Índice de Quadros

Quadro 1: Resumo da evolução da dívida total municipal.....	5
Quadro 2: Ponto de situação dos PAM a 31 de dezembro de 2017.....	8
Quadro 3: Execução financeira dos PAM.....	17

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução da dívida total municipal.....	6
Gráfico 2: Execução financeira dos PAM (31/12/2017).....	18

Índice de Figuras

Figura 1: Distribuição da dívida total dos municípios portugueses em 2016.....	5
Figura 2: Pagamentos em atraso dos municípios aderentes ao FAM.....	7

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Na sequência do relatório anterior, referente ao primeiro semestre de 2017, pretende-se apresentar no presente relatório um ponto de situação sobre os programas de ajustamento municipal submetidos ao FAM pelos municípios, quer em situação de obrigatoriedade, quer na situação de entrega facultativa.

Este documento contempla uma análise prévia da evolução da dívida municipal nos últimos quatro anos, com particular destaque para a redução obtida pelos municípios com programas de ajustamento municipal em execução.

No terceiro capítulo deste relatório, analisa-se o ponto de situação de cada um dos PAMs e a situação dos restantes processos de recuperação que não deram ainda origem a programas de ajustamento.

O capítulo seguinte aborda a execução financeira dos diversos programas, do ponto de vista da assistência prestada pelo FAM, seja por via dos empréstimos concedidos seja por via das garantias autónomas prestadas.

Em anexo, apresenta-se a execução financeira dos empréstimos concedidos pelo FAM, ao abrigo dos programas de ajustamento municipal em vigor, identificando as perspetivas para os próximos semestres.

II. EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

A dívida total dos municípios portugueses tem vindo a reduzir-se de forma acentuada nos últimos anos. Do final de 2013 para o final de 2017 assistiu-se a uma diminuição da dívida municipal em cerca de 3 mil milhões de euros (38%), passando de 7,9 mil milhões para aproximadamente 4,9 mil milhões.

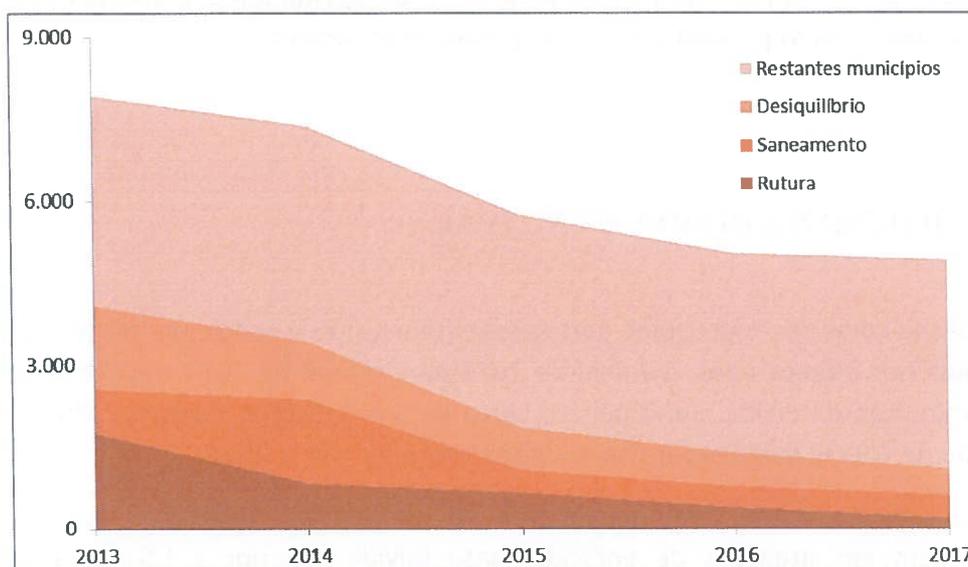
Esta redução fez-se sentir igualmente no número de municípios que se encontravam em situações de endividamento (dívida superior a 1,5 vezes a médias das recitas líquidas dos três últimos exercícios). O número de municípios em rutura financeira (rácio da dívida total acima de 3) que se encontravam situação de recurso obrigatório ao FAM reduziu-se de 29 à data da publicação da Lei do FAM, para 5 após a validação das prestações de contas de 2017.

Esta redução da dívida municipal resulta de um conjunto de fatores relacionados com a melhoria dos procedimentos de gestão, nomeadamente os associados à assunção de compromissos e à realização de despesa e uma crescente consciencialização dos eleitos para a questões relacionadas com a situação financeira das respetivas autarquias.

QUADRO 1: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL

Situações relativamente a limiares de dívida	2013		2014		2015		2016		2017	
	N.º de municípios	Dívida total relevante								
Rutura financeira (> 3x)	29	1.766	16	844	12	675	7	400	5	197
Saneamento financeiro (2,25 - 3,0)	23	802	14	1.537	10	414	10	387	7	431
Endividados (1,50 - 2,25)	49	1.523	35	1.058	24	769	14	605	15	479
Restantes municípios	207	3.830	243	3.936	262	3.886	277	3.647	281	3.812
TOTAL	308	7.921	308	7.375	308	5.744	308	5.039	308	4.919

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA MUNICIPAL



A tendência verificada na generalidade dos municípios portugueses foi acentuada nos municípios que se encontram com programas de ajustamento a

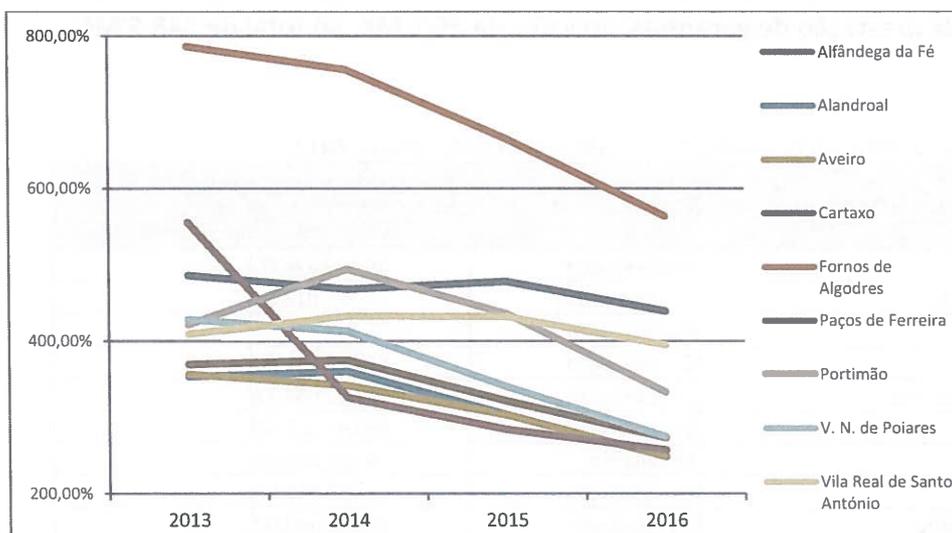
decorrer, por via da aplicação de medidas de reequilíbrio orçamental mais exigentes e da possibilidade de renegociação com os credores a acrescer aos fatores referidos anteriormente.

Em média estes municípios viram a sua dívida total reduzida em cerca de 26%, verificando-se por exemplo no caso de Paços de Ferreira uma redução superior a 50%.

QUADRO 2: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL NOS MUNICÍPIOS ADERENTES AO FAM

Ano	Alfândega da Fé	Alandroal	Aveiro	Cartaxo	Fornos de Algodres	Paços de Ferreira	Portimão	V. N. de Poiares	Vila Real de Santo António
2013	369,44%	353,34%	356,28%	485,96%	786,42%	555,50%	421,67%	428,14%	409,08%
2014	375,01%	360,20%	341,80%	468,20%	756,02%	325,82%	494,35%	413,34%	432,82%
2015	321,38%	303,34%	302,96%	478,17%	665,85%	284,02%	435,94%	340,10%	431,97%
2016	273,09%	248,36%	248,84%	439,26%	563,81%	257,02%	332,94%	274,56%	394,87%
Evolução 2013/2016	-26,1%	-29,7%	-30,2%	-9,6%	-28,3%	-53,7%	-21,0%	-35,9%	-3,5%

GRÁFICO 2: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL NOS MUNICÍPIOS ADERENTES AO FAM



Este desempenho dos municípios com PAM em execução é demonstrativo do ajustamento que tem sido realizado por via dos processos de recuperação financeira desenvolvido são abrigo do FAM, permitindo uma redução sustentável da dívida total destas autarquias, algumas das quais incluem a própria amortização de dívidas incorporadas nas suas contas, provenientes das empresas municipais em liquidação.

III. PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM

Neste capítulo pretende-se apresentar o ponto de situação dos programas de ajustamento municipal submetidos à apreciação do FAM, até ao final de 2017, elencando o estado de cada processo àquela data, assim como os montantes de assistência financeira aprovados, os valores desembolsados e a perspetiva quanto aos próximos semestres.

Em 2015, solicitaram a adesão ao FAM 18 municípios, dos quais 16 procederam à formalização dos respetivos processos, nomeadamente através da entrega dos programas de ajustamento municipal. Entretanto os municípios de Portalegre, Santarém, Mourão e Tabuaço viram os seus rácios de dívida total diminuir, pelo que deixaram de ser considerados para efeitos de recuperação financeira municipal.

Do conjunto de 13 programas, aprovados ou em avaliação, resulta um **volume de financiamento a conceder pelo FAM de cerca de 523,4 milhões de euros, acrescido da prestação de garantias, no valor de 25,1 M€, no total de 548,5 M€.**

QUADRO 3: PONTO DE SITUAÇÃO DOS PAM A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Município	Situação Atual	Assistência Financeira	
		Empréstimos	Garantias
Alandroal	Em Execução	16.579.276,00	
Alfândega da fé	Em Execução	1.502.818,86	
Aveiro	Em Execução	85.511.149,00	
Cartaxo	Em Execução	52.035.855,00	
Fornos de Algodres	Em Execução	32.620.056,73	
Fundão	Em análise	66.017.852,00	
Nazaré	Em análise	39.668.808,00	
Nordeste	Em Execução	11.255.515,00	
Paços de Ferreira	Em Execução	35.945.140,00	
Portimão	Em Execução	142.520.996,00	
Vila Franca do Campo	Em avaliação no TC	5.967.376,00	
Vila Nova de Poiares	Em Execução	14.113.948,00	
Vila Real de Santo António	Em Execução	19.619.907,00	25.105.318,37
Total		523.358.697,59	25.105.318,37

Fonte: Propostas de adesão ao FAM.

1. PAM Aprovados

No final do ano de 2017, os municípios do Alandroal, Alfândega da Fé, Portimão, Vila Nova de Poiares, Vila Real de Santo António, Aveiro, Fornos de Algodres, Cartaxo e Paços de Ferreira já tinham os respetivos programas em execução, enquanto os municípios de Vila Franca do Campo e Nordeste têm os seus programas aprovados e a aguardar o visto prévio do Tribunal de Contas.

O montante total dos **PAM aprovados corresponde a uma assistência financeira por parte do FAM, de aproximadamente 446 milhões de euros, dos quais cerca de 418 milhões relativos a empréstimos e 28 milhões a garantias autónomas concedidas.**

Nos pontos seguintes apresenta-se um breve resumo de cada um dos programas aprovados, os quais podem ser consultados na íntegra, no sítio eletrónico do FAM em www.fundodeapoio municipal.pt/municipios.

1.1. Em Execução

Até ao final do ano de 2017, encontravam-se **em execução 9 Programas de Ajustamento Municipal, no valor aproximado de 428 M€, dos quais 400 M€ de empréstimos de assistência financeira e 28 M€ relativos a garantias autónomas.**

Os empréstimos de assistência financeira são disponibilizados pelo FAM através de desembolsos trimestrais, ocorrendo o primeiro 15 dias após o visto prévio do Tribunal de Contas e os restantes, na sequência da aprovação dos relatórios de monitorização elaborados pelo FAM (ver cap. V).

Nas próximas subsecções apresentam-se os nove programas que se encontram atualmente em execução.

1.1.1. Município de Alfândega da Fé

O PAM do Município de Alfândega da Fé entrou em vigor em março de 2016 e tem um prazo de implementação de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €1.502.818,86, com o objetivo de amortizar as dívidas de natureza financeira. Através deste programa foi desenvolvida uma estratégia de recuperação financeira que visou sobretudo, reestruturar a dívida de natureza financeira, seja através da assunção, por parte



do FAM, do empréstimo PAEL detido pelo Município junto da DGTF, seja através da negociação com os credores do sector bancário, ao abrigo do PRD, dos empréstimos contraídos anteriormente, cujas taxas de juro eram bastante onerosas para o orçamento municipal. Com estas medidas o Município irá reduzir substancialmente os seus encargos anuais com a dívida de médio e longo prazo, o que lhe permitirá encetar uma trajetória de redução sustentada da dívida à medida que ganha uma maior capacidade para fazer face aos serviços essenciais que deve prestar à população.

O primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira, realizado em 2016, no montante de €1.382.818,86, corresponde ao capital efetivamente em dívida dos empréstimos a amortizar, não sendo previsível que venham a ser necessários novos desembolsos face à redução acentuada da dívida que o município tem vindo a desenvolver. Aliás, **o Município procedeu à amortização de 400.000,00€, até 31/12/2017, o que demonstra o bom desempenho da sua gestão.**

1.1.2. Município de Vila Nova de Poiares

O PAM do Município de Vila Nova de Poiares entrou em vigor em julho de 2016 e tem um prazo de implementação de 25 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €14.113.947,55, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e não financeira.

O Município havia recorrido em 2014 ao Apoio Transitório de Urgência (ATU) por não possuir capacidade financeira para honrar os seus compromissos de curto prazo. Face a este cenário, o PAM desenvolvido, visou fazer face ao pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, assim como criar condições para que o Município pudesse assumir a realização das suas competências básicas no curto prazo.

O programa desenvolvido, incorporou uma forte componente de reestruturação da dívida financeira, assumindo através da assistência financeira do FAM a amortização de empréstimos junto do sector bancário e do próprio Estado, cujos encargos com a dívida eram demasiado onerosos para a capacidade financeira do Município.

Após o primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira realizado em 2016, no montante de €11.423.784,13, foram efetuados novos desembolsos no valor de €2.152.130,72, até ao final de 2017, na sequência da entrega e aprovação dos relatórios de monitorização, sendo **o valor total dos desembolsos de €13.575.914,85.**

1.1.3. Município de Portimão

O PAM do Município de Portimão entrou em vigor em outubro de 2016, com um prazo de 27 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €142.520.995,69, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira. Este Programa obteve o Visto do Tribunal de Contas, em 3 de outubro de 2016.

O programa de ajustamento desenvolvido visou em primeiro lugar permitir o pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, nomeadamente as contraídas pela empresa municipal Portimão Urbis, atualmente em liquidação e com particular incidência no elevado conjunto e volume financeiro de dívidas provenientes de contratos de factoring. As medidas desenvolvidas e o prazo estabelecido para o programa, visam sobretudo acomodar o elevado volume de dívida num cronograma de pagamentos sustentável para o Município, cuja capacidade de gerar receitas e de assegurar a prestação de serviços à população (incluindo a sazonal) é bastante superior à média.

Até ao final do ano de 2017, **os desembolsos transferidos do FAM para o Município de Portimão, ao abrigo da assistência financeira, correspondem ao montante total de €118.149.856,83.**

1.1.4. Município de Alandroal

O PAM do Município de Alandroal entrou em vigor em setembro de 2016, com um prazo de implementação de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €16.579.276, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira.

Através do PAM aprovado foi possível desenvolver uma estratégia de reestruturação da dívida de natureza financeira e de negociação com os credores da dívida de natureza comercial, que irá permitir ao Município encetar um

recuperação financeira sustentável e consentânea com os reduzidos recursos que tem capacidade para gerar anualmente.

Após o desembolso inicial no montante de €11.425.000,00, realizado ainda em 2016, foram efetuados novos desembolsos durante o ano de 2017, no montante de €2.905.000,00, **totalizando os desembolsos o valor de €14.330.000,00.**

1.1.5. Município de Vila Real de Santo António

O PAM do Município de Vila Real de Santo António entrou em vigor em setembro de 2016, com um prazo de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €19.619.907,20 através de empréstimo e de €28.150.000 através de garantias autónomas prestadas pelo FAM, como contrapartida da reestruturação da dívida financeira com o objetivo de amortizar os empréstimos cujos encargos eram mais onerosos para as contas do Município.

O PAM desenvolvido visa assim criar condições para o Município fazer face às dívidas acumuladas em anos anteriores e definir medidas de reequilíbrio orçamental que permitam criar novas fontes de receita e reduzir as despesas correntes, criando condições para aumentar os saldos orçamentais gerados anualmente, promovendo uma redução sustentável da dívida e evitando a sua acumulação em anos futuros.

Em 2016, foi efetuado um primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira, no montante de €5.541.756,45, correspondente ao capital efetivamente em dívida dos empréstimos a amortizar. Foram na mesma data concedidas garantias autónomas até no montante de €28.150.000.

Durante o ano de 2017 efetuaram-se desembolsos de €6.043.058,85, **sendo o valor acumulado da assistência financeira de €11.584.815,30.**

1.1.6. Município de Aveiro

O PAM do Município de Aveiro entrou em vigor em janeiro de 2017, com um prazo de 20 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €85.511.148,57, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira (incluindo o ATU no

montante de 10,5 M€) e não financeira, tanto do Município como das empresas participadas que se encontram em liquidação.

Este programa tem como objetivo principal permitir ao Município o pagamento das dívidas provenientes de anos anteriores, uma vez que possui a capacidade de gerar receitas próprias em volume suficiente para não voltar a acumular dívida. Entre essas medidas salienta-se o aumento gradual do IMI, previsto para os dois primeiros anos, que representa um acréscimo significativo da receita cobrada o que, em conjunto com a redução dos encargos com a dívida previstos no PAM, irão permitir ao Município gerar saldos suficientes para voltar a assegurar os serviços essenciais à população sem necessidade de gerar novos défices.

Até ao final do ano de 2017, **os desembolsos atingiram o montante de €64.515.171,15, ao abrigo da assistência financeira prestada pelo FAM ao Município de Aveiro.**

1.1.7. Município do Cartaxo

O PAM do Município do Cartaxo entrou em execução em março de 2017 e tem um prazo de implementação de 30 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €52.035.854,77, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira (incluindo o ATU no valor de 4,8M€) e não financeira.

A recuperação financeira do Município assenta num conjunto de medidas que visam a reestruturação dos empréstimos de médio e longo prazo com maior serviço de dívida, das dívidas de natureza comercial provenientes de anos anteriores e das dívidas contraídas pela empresa municipal RUMO 2020 em liquidação.

Face à reduzida capacidade do Município para gerar novas receitas, o PAM aprovado visa criar condições para a implementação de medidas estruturantes de otimização da receita e de contenção das despesas, que em conjunto com a redução dos encargos anuais com o serviço da dívida que lhe permitirão gerar saldos orçamentais positivos durante a vigência do programa.

O Município do Cartaxo beneficiou, até 31/12/2017, de uma assistência financeira no montante de €49.082.855,62.



1.1.8. Município de Fornos de Algodres

O PAM do Município de Fornos de Algodres entrou em vigor em março de 2017, com **um prazo de implementação de 35 anos**, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €32.620.056,73, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza exclusivamente financeira.

Este PAM tem como objetivo reestruturar a dívida de natureza financeira resultante do empréstimo de reequilíbrio financeiro contraído pelo Município em 2010, cujo serviço da dívida é incomportável para o Município. Em resultado do referido empréstimo, o Município continua a manter o maior rácio da dívida total, representando **mais de sete vezes** a sua média das receitas líquidas, dos últimos três anos.

Ainda assim, o Município não tem vindo a acumular novas dívidas de curto prazo, não registando inclusivamente quaisquer pagamentos em atraso a fornecedores. Como tal, face à incapacidade do Município em gerar receitas adicionais, o PAM contempla exclusivamente a reestruturação da dívida financeira, através da concessão de um prazo mais alargado para a sua liquidação, condição essencial para assegurar uma gestão adequada da sua tesouraria.

O primeiro desembolso do empréstimo de assistência financeira no montante de €27.521.447,26, permitiu ao Município amortizar na totalidade o empréstimo de saneamento financeiro que o Município detinha desde 2010 e cujos encargos anuais eram incompatíveis com a capacidade financeira do Município.

Tendo em conta a aprovação pela Assembleia Municipal de duas alterações ao contrato prevendo, nomeadamente, a amortização do empréstimo sem período de carência inicial e pagamentos mensais de capital e juros, **o Município procedeu à amortização de €366.952,60, até ao final do ano de 2017.**

1.1.9. Município de Paços de Ferreira

O PAM do Município de Paços de Ferreira entrou em vigor em 1 de junho de 2017, com um prazo de implementação de 30 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de 35.945.140,11, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e comercial.

O primeiro e único desembolso do empréstimo de assistência financeira foi efetuado no mês de junho de 2017, no montante de €18.022.914,99, não tendo o Município apresentado os relatórios de monitorização, até 31/12/2017.

1.2. A aguardar visto do TC em 31/12/2017

Os municípios de Vila Franca do Campo (6M€) e do Nordeste (11,3M€) têm os seus programas aprovados, embora os respetivos processos estejam a aguardar o visto junto do Tribunal de Contas dos Açores.

1.2.1. Município de Vila Franca do Campo¹

O PAM do Município de Vila Franca do Campo foi aprovado pela Direção Executiva, em 14 de dezembro de 2016, com um prazo de 15 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €5.967.375,69, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e não financeira das empresas municipais em liquidação.

1.2.2. Município de Nordeste

O PAM do Município de Nordeste foi aprovado pela Direção Executiva, em dezembro de 2016, com um prazo de 15 anos, prevendo uma assistência financeira por parte do FAM, através de um empréstimo até ao montante de €11.347.957,40, com o objetivo de amortizar as respetivas dívidas de natureza financeira e as dívidas das empresas municipais em liquidação.²

¹ O Município de Vila Franca do Campo, apresentou em 2015 uma primeira proposta de PAM, pelo prazo de 20 anos, que previa a assistência financeira do FAM no montante de €1.500.000, para fazer face às dívidas de natureza não financeira das empresas municipais em liquidação, cujo visto prévio viria a ser recusado pelo Tribunal de Contas, em abril de 2016.

² O PAM do Município do Nordeste foi visado em 8 de junho de 2018.

IV. OUTRAS SITUAÇÕES DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA

A LFAM prevê, no art.º 52º, alterado pela Lei nº 69/2015, de 16 de julho, a possibilidade da Direção Executiva do FAM conceder a suspensão de apresentação de PAM aos municípios com outros programas de recuperação ou saneamento financeiro em curso, desde que para tal o requeiram.

A LFAM permite aos municípios, em situação de adesão facultativa, a possibilidade de apresentarem um Plano de Saneamento Financeiro, ficando deste modo dispensados da apresentação de um PAM.

A Lei do OE de 2016, permitiu o recurso ao FAM para a reestruturação das dívidas dos municípios cujo rácio da dívida total fosse inferior a 2,25, mediante a apresentação de um PAM.

1. OUTROS PAM

1.1 Município do Fundão

A proposta de programa apresentado pelo Município do **Fundão** encontra-se em fase de aprovação, tornando-se necessária a reformulação de alguns dados e a prestação de informação adicional, relativamente às questões colocadas pela Direção Executiva do FAM.

O total da assistência financeira solicitado por este município é de cerca de **66,0 Milhões de euros**.

1.2 Município da Nazaré

A proposta de programa apresentado pelo Município da **Nazaré** encontra-se em fase de avaliação, tornando-se necessária a reformulação de alguns dados e a prestação de informação adicional, relativamente às questões colocadas pela Direção Executiva do FAM.

O total da assistência financeira solicitado por este município é de cerca de **39,7 Milhões de euros**.

2. SUSPENSÕES

Desde o início do FAM, foram apresentados **25 pedidos de suspensão** de apresentação de PAM, referentes aos seguintes Municípios: **Castanheira de Pêra, Covilhã, Faro, Freixo de Espada à Cinta, Fundão, Seia, Trofa, Santa Cruz, Velas, Calheta de S. Jorge, Machico, Tabuaço, Vieira do Minho, Vila Nova de Gaia, São Vicente, Lajes do Pico, Ribeira Brava, Mondim de Basto, Castelo de Paiva, Montemor-o-Velho, Alijó, Alpiarça, Lamego, Mesão Frio e Vizela.**

A Direção Executiva aprovou a totalidade destes pedidos, por verificar que a execução dos programas de recuperação financeira destes municípios estava de acordo com as previsões e os objetivos definidos nesses programas.

Em 2017 foram reavaliados, nos termos do n.º 3 do artigo 52.º da Lei do FAM, **10 pedidos de manutenção da suspensão**, quanto à apresentação de um PAM junto do FAM, reavaliação que passou pela verificação do cumprimento dos programas atuais quanto ao seu objetivo primeiro, o reequilíbrio estrutural conjuntamente com a determinação de condições capazes de garantir a sustentabilidade financeira do município, em paralelo com a efetiva redução do valor da Dívida Total, de acordo com a informação prestada anualmente pela DGAL, através do SIAL.

3. SANEAMENTO FINANCEIRO

O Município de Évora apresentou um Plano de Saneamento Financeiro (PSF), tendo a Direção Executiva dispensado a autarquia da apresentação do PAM, por esta se encontrar em situação de adesão facultativa.

O PSF apresentado contempla um empréstimo de 32,5 M€ junto da banca comercial, pelo prazo de 14 anos, com uma taxa de juro de 2,5%.

V. EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAM

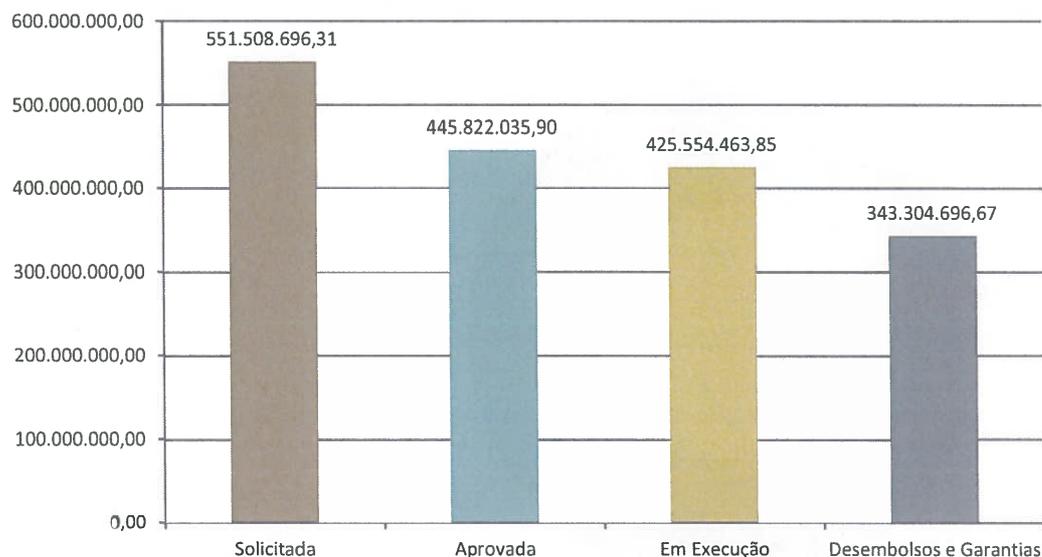
Até ao final do segundo semestre de 2017, o FAM prestou assistência financeira aos municípios **no montante de €318,2M€**, repartidos pelos nove programas de ajustamento em vigor, através dos desembolsos dos respetivos empréstimos.

QUADRO 3: EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PROGRAMAS DE AJUSTAMENTO MUNICIPAL

Mutuário	Montante contratual	Data do contrato	Utilizações	Vencimentos		Capital vincendo
			Montante	Capital	Juros	
Município de Alfândega da Fé	1.502.818,86	19-10-2015	1.382.818,86	400.000,00	46.470,09	982.818,86
Município de V. N. de Poiares	14.113.947,55	30-06-2016	13.575.914,85	0	214.331,60	13.575.914,85
Município do Alandroal	16.579.276,00	23-08-2016	14.330.000,00	0	223.638,11	14.330.000,00
Município de Portimão	142.520.995,69	20-09-2016	118.149.856,83	0	1.162.993,62	118.149.856,83
Município de Vila Real de Santo António	19.619.907,20	11-05-2016	11.584.815,30	0	157.154,17	11.584.815,30
Município de Aveiro	85.511.148,57	23-01-2017	64.515.171,15	0	847.193,65	64.515.171,15
Município do Cartaxo	52.035.854,77	24-02-2017	49.082.855,62	0	234.750,14	49.082.855,62
Município de Fornos de Algodres	32.620.056,73	14-12-2016	27.555.030,70	366.952,60	315.411,08	27.154.494,66
Município de Paços de Ferreira	35.945.140,11	26-04-2017	18.022.914,99	0	162.957,19	18.022.914,99
TOTAL	400.449.145,48		318.199.378,30	766.952,60	3.364.899,65	317.432.425,70

Fonte: Elaboração própria

GRÁFICO 3: EXECUÇÃO FINANCEIRA DOS PAM (31/12/2017)



Fonte: Elaboração própria

Acresce a estes montantes a prestação de garantias autónomas, no valor de 25,1M€, ao Município de Vila Real de Santo António.

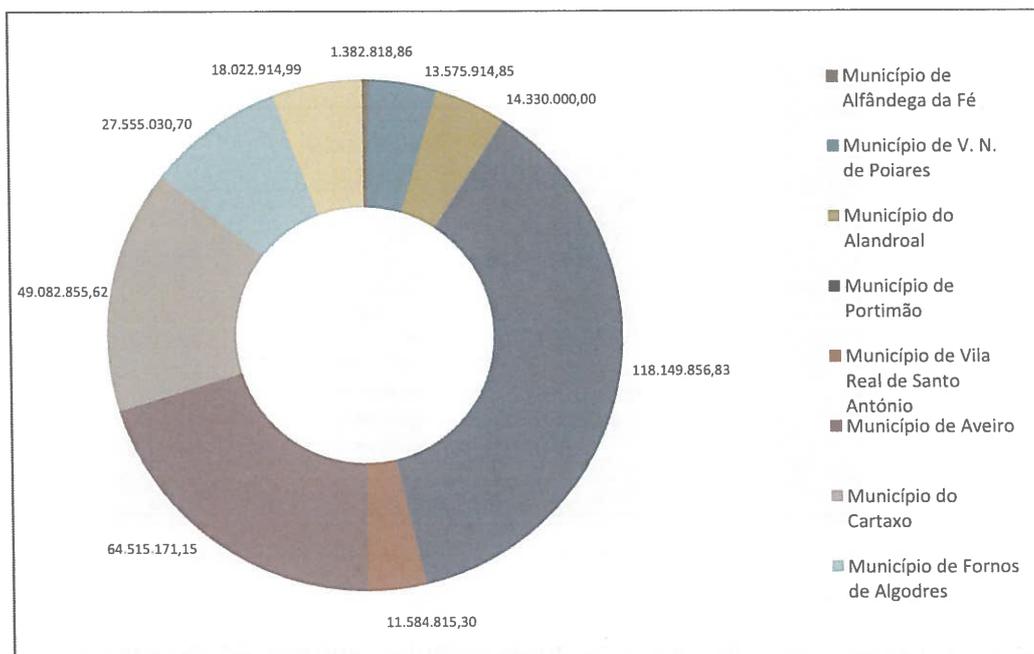
1. Empréstimos de Assistência Financeira

Até ao final do ano de 2017, o montante de desembolsos efetuados pelo FAM atingiu o montante de **€318.199.378,30**, por conta dos empréstimos de assistência financeira (Cfr. Quadro 3).

Os montantes emprestados pelo FAM, correspondentes ao primeiro desembolso de cada um dos empréstimos, serviram para os municípios liquidarem as dívidas com os credores que acederam negociar a redução da dívida e a amortizar as dívidas de natureza financeira geradoras de maiores encargos.

Os desembolsos previstos nos empréstimos de assistência financeira são definidos tendo em consideração a situação específica de cada município, nomeadamente no que se refere à composição da dívida a pagar, às prioridades estabelecidas em sede de negociação com os credores, à capacidade para fazer ao serviço da dívida (amortizações constantes ou amortizações progressivas), ao prazo e à carência de capital previstos em cada programa.

GRÁFICO 4: DESEMBOLSOS EFETUADOS ATÉ 31/12/2017



Fonte: Elaboração própria

2. Concessão de garantias autónomas

Foram concedidas ao Município de Vila Real de Santo António, garantias autónomas no montante de €28.150.000,00 para fazer face à reestruturação da dívida de natureza financeira junto das entidades bancárias, **onde o município possuía empréstimos com taxas bastante elevadas (6 a 8%), tendo sido reduzidas para uma taxa média de 2,5%.**

Beneficiário	Natureza	montante inicial	Movimentos 31/12/2017		Obs.
			Comissão Total Anual		
Município de Vila Real de Santo António	Garantias Bancárias	25.105.318,37	37.657,98		A comissão de garantia cobrada em 2017 corresponde a 0,15% do montante inicial

Com esta operação, o município assegura uma poupança anual de 460.000,00€ nos juros pagos relativamente a estes empréstimos bancários, **pele que a poupança total atingirá os 9,2 M€, durante os 20 anos de vigência do empréstimo de assistência financeira do FAM.**

3. Desembolsos previstos para 2018

O volume de desembolsos previstos para o ano de 2017 decorre, em grande medida, da execução dos programas em vigor, dos pendentes da concessão de visto pelo Tribunal de Contas e daqueles que se encontram em aprovação e/ou processo de avaliação pela Direção Executiva do FAM.

A Direção Executiva do FAM tendo aprovado **9 empréstimos no valor de 400M€, até ao final do ano de 2017, estima que o valor total do financiamento concedido aos municípios venha a atingir os 548,5 M€ (13 empréstimos), até ao final de 2018.**

Até ao final de 2017, o capital social do FAM realizado é de 278M€, sendo que com a entrada em vigor dos PAMs que se encontram em aprovação, o FAM solicitou a disponibilização do montante de 110M€, resultante da linha de crédito contratualizada com a DGTF (Tesouro).

VI. MONITORIZAÇÃO

No decurso do ano de 2017 foram elaborados 18 relatórios de monitorização dos 9 Municípios com PAMs em execução.

Através destes relatórios é avaliado o cumprimento das medidas definidas no Programa, nomeadamente ao nível da otimização das receitas, da redução das despesas e do cumprimento dos saldos estabelecidos.

O processo de monitorização estabelecido pela Direção Executiva abrange ainda a avaliação do cumprimento do plano de pagamentos estabelecido ao abrigo do Plano de Reestruturação da Dívida (PRD) e dos níveis de endividamento. O cumprimento generalizado dos objetivos previstos determina a libertação dos desembolsos trimestrais dos empréstimos de assistência financeira.

A análise efetuada tem permitido concluir pelo cumprimento sistemático, por parte dos municípios, das medidas definidas nos contratos assinados entre as partes, fator que se reflete na diminuição dos rácios de dívida total, o que têm vindo a ser evidenciado.

VII. CONCLUSÕES

Até ao final do ano de 2017, os PAM aprovados representam uma assistência financeira de cerca de 418 milhões de euros, dos quais já foram desembolsados 318 M€, pelo FAM para os respetivos municípios, acrescidos da prestação de garantias autónomas de 25 milhões de euros.

Até ao final de 2018, estima-se que os desembolsos dos empréstimos em vigor e em aprovação, ascenda a 548,5 milhões de euros até ao final do segundo semestre, correspondendo a um volume de assistência financeira a conceder no próprio ano de cerca de 219 milhões de euros.

Assim, para além da concretização das aprovações dos PAM que ainda estavam por aprovar, a atividade do FAM neste período centrou-se igualmente na monitorização dos PAM que se encontram em vigor, através da análise ao cumprimento execução orçamental face às metas previstas no PAM, bem como ao cumprimento das medidas de reequilíbrio definidas e ao cumprimento das responsabilidades assumidas com os credores, **representando esta uma tarefa essencial dentro das competências do FAM, com o objetivo de assegurar que o cumprimento das medidas contratualizadas venham a surtir os efeitos previstos**, por forma a permitir que os municípios consigam, de forma efetiva, atingir uma trajetória de redução sustentada da dívida que lhes permita atingir, o mais rapidamente possível, uma situação de equilíbrio financeiro no respeito pela autonomia e pelas características específicas de cada município.

A Direção Executiva do FAM tem vindo assim a concentrar uma parte significativa dos seus esforços na monitorização e acompanhamento rigorosos dos programas de ajustamento e na divulgação da informação produzida, nomeadamente, através da publicitação dos relatórios produzidos, de forma acessível e compreensível a todos os cidadãos.

No final do ano de 2017, o balanço é bastante positivo quanto aos impactos dos programas de ajustamento e da assistência financeira prestada pelo FAM aos municípios aderentes, na medida em que se verifica uma descida acentuada dos rácios de dívida total dos municípios com processos de recuperação financeira municipal.

Por fim, importará igualmente notar que uma parte significativa da assistência financeira prestada pelo FAM, **cerca de 71,7M€, corresponde à**

substituição de dívida anteriormente concedida diretamente pelo Estado aos municípios, através da DGTF, relativa a anteriores linhas de recuperação financeira municipal (PREDE, PAEL e ATU).

Lisboa, 29 de junho de 2018.

A Direção Executiva,

Miguel Angelo
da Cunha
Goncalves de
Almeida

Assinado de forma digital por Miguel
Angelo da Cunha Goncalves de
Almeida
DN: c=PT, o=Agência de Gestão da
Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP,
E=P.E., ou=Personal ID,
ou=Certificado para Pessoa Singular,
cn=Miguel Angelo da Cunha
Goncalves de Almeida
Dados: 2018.07.12 17:06:56 +01'00'

Manuel
Moreira
Claro

Assinado de forma digital por
Manuel Moreira Claro
DN: c=PT, o=Agência de Gestão da
Tesouraria e da Dívida Pública -
IGCP, E=P.E., ou=Fundo de Apoio
Municipal, ou=Certificado para
Pessoa Singular, cn=Manuel
Moreira Claro
Dados: 2018.07.12 17:08:42 +01'00'

ANEXO 1: Fichas de Monitorização dos PAM em vigor



Principais Indicadores
Financeiros

4T 2016

Receita Efetiva
48.197.601 € ^{7,5%}
% Var. Receita Efetiva

Dívida Financeira
60.870.184 €

Saldo Global Efetivo
-26.139.666 € ^{-4,4%}
% Var. Saldo Glob...

Despesa Efetiva
74.337.267 € ^{6,5%}
% Var. Despesa Efe...

Dívida Não Financeira
56.902.947 €

Saldo Primário Efetivo
-15.067.248 € ^{25,5%}
% Var. Saldo Primário Efetivo

Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida
29.462.183 € ^{20,1%}
% Var. DPSP

Dívida Total Relevante
140.315.768 €

Despesa de Investimento / Receita Efetiva
7,2% ^{-4,1%}
% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva

Receita Corrente
47.178.291 € ^{6,1%}
% Var. Receita Corrente

Despesa Corrente
68.753.745 € ^{6,3%}
% Var. Despesa Corrente

Saldo Total
4.911.117 € ^{52,7%}
% Var. Saldo Total

Receita de Capital
35.492.666 € ^{3,2%}
% Var. Receita Capital

Despesa de Capital
9.006.095 € ^{6,2%}
% Var. Despesa Capital

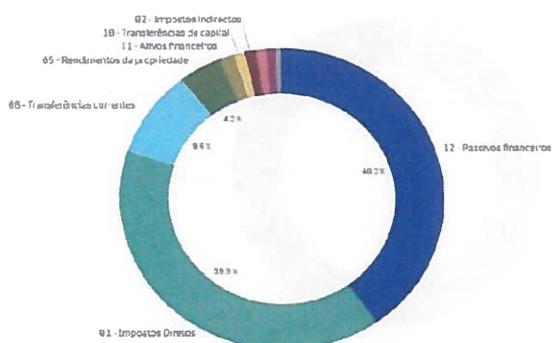
Transf. e Subs. / Receita Efetiva
38,5% ^{7,6%}
% Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva

Receita Própria
39.430.194 € ^{8,1%}
% Var. Receita Própria

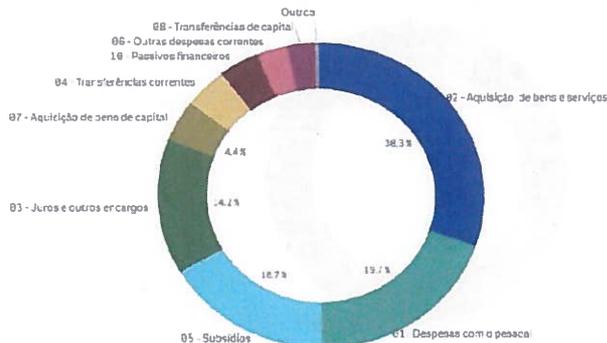
Serviço da Dívida
14.167.008 € ^{93,8%}
% Var. Serviço da Dívida

Taxa de participação fin. comunitário
8,5% ^{8,5%}
% Var. Taxa Participação

Estrutura da Receita:



Estrutura da Despesa:





4T 2016

Principais Indicadores Financeiros

Receita Efetiva
24.864.887 € ^{+8,0%}
% Var. Receita Efetiva

Dívida Financeira
61.691.187 €

Saldo Global Efetivo
-799.450 € ^{+1.637.788 €}
% Var. Saldo Global Efetivo

Despesa Efetiva
25.664.337 € ^{+0,8%}
% Var. Despesa Efetiva

Dívida Não Financeira
10.876.670 €

Saldo Primário Efetivo
2.912.375 € ^{+2.704.718 €}
% Var. Saldo Primário Efetivo

Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida
14.591.280 € ^{+2,4%}
% Var. DPSD

Dívida Total Relevante
74.473.099 €

Despesa de Investimento / Receita Efetiva
2,0% ^{-0,5%}
% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva

Receita Corrente
20.940.496 € ^{+3,8%}
% Var. Receita Corrente

Despesa Corrente
23.077.970 € ^{+1,5%}
% Var. Despesa Corrente

Saldo Total
1.220.443 € ^{+1.837.921 €}
% Var. Saldo Total

Receita de Capital
9.466.148 € ^{+13,0%}
% Var. Receita Capital

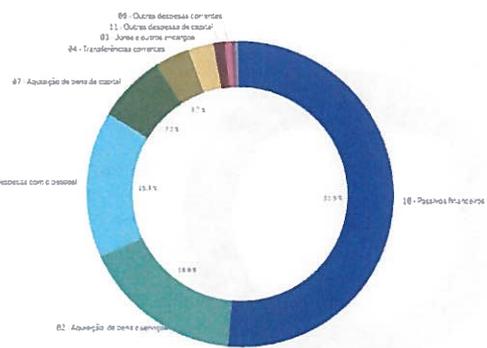
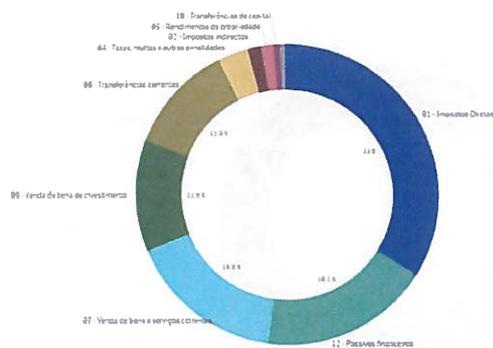
Despesa de Capital
6.108.230 € ^{+5,1%}
% Var. Despesa Capital

Transf. e Subs. / Receita Efetiva
22,3% ^{+1,6%}
% Var. Transf. e Subs. / Receita Efetiva

Receita Própria
21.054.882 € ^{+13,0%}
% Var. Receita Própria

Serviço da Dívida
7.058.575 € ^{+12,9%}
% Var. Serviço da Dívida

DPSD / Receita Efetiva
58,7% ^{+3,2%}
% Var. DPSD / Receita Efetiva





4T 2016

Principais Indicadores Financeiros

Receita Efetiva
9.084.164 € ^{2,4%}
% Var. Receita Efetiva

Dívida Financeira
13.298.124 €

Saldo Global Efetivo
-749.163 € ^{2.789.778 €}
€ Var. Saldo Global Efetivo

Despesa Efetiva
9.833.328 € ^{-20,8%}
% Var. Despesa Efetiva

Dívida Não Financeira
4.573.362 €

Saldo Primário Efetivo
-196.765 € ^{2.254.859 €}
€ Var. Saldo Primário Efetivo

Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida
14.208.355 € ^{-5,5%}
% Var. DPSD

Dívida Total Relevante
18.527.566 €

Despesa de Investimento / Receita Efetiva
16,2% ^{0,4%}
% Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva

Receita Corrente
7.851.034 € ^{3,3%}
% Var. Receita Corrente

Despesa Corrente
8.046.533 € ^{24,3%}
% Var. Despesa Corrente

Saldo Total
123.637 € ^{2.728.748 €}
€ Var. Saldo Total

Receita de Capital
12.658.130 € ^{-0,3%}
% Var. Receita Capital

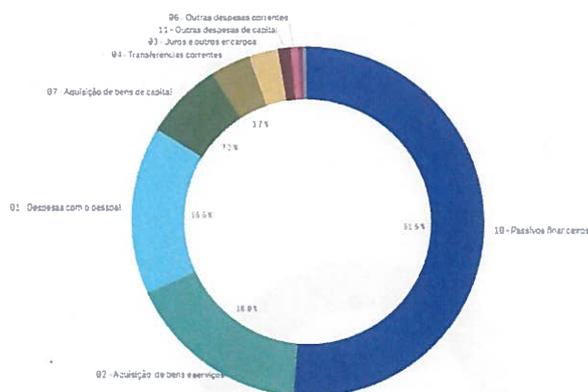
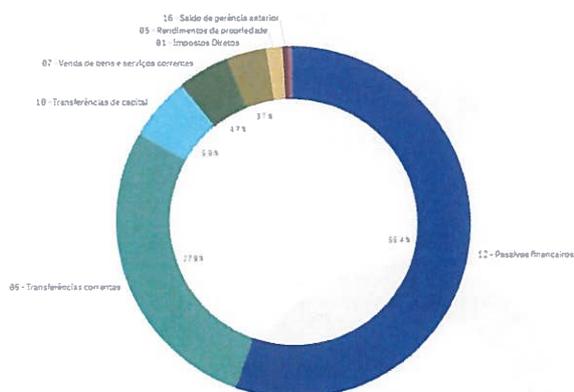
Despesa de Capital
12.338.994 € ^{0,6%}
% Var. Despesa Capital

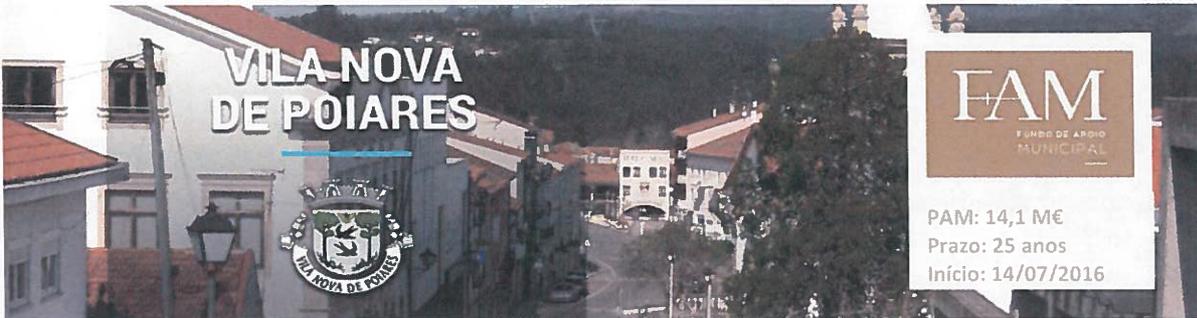
Transf. e Subs. / Receita Efetiva
9,2% ^{-0,4%}
% Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efeti...

Receita Própria
2.113.830 € ^{-5,0%}
% Var. Receita Própria

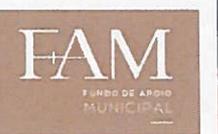
Serviço da Dívida
11.043.568 € ^{-4,6%}
% Var. Serviço da Dívida

DPSD / Receita Efetiva
156,4% ^{-13,0%}
% Var. DPSD / Receita Efetiva





VILA NOVA DE POIARES



PAM: 14,1 M€
 Prazo: 25 anos
 Início: 14/07/2016

Principais Indicadores Financeiros

4T 2016



Receita Efetiva

7.067.525 € ^{10,6%} % Var. Receita Efetiva



Despesa Efetiva

6.827.460 € ^{-27,8%} % Var. Despesa Efetiva



Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida

14.320.772 € ^{3,8%} % Var. DPSD



Receita Corrente

6.515.902 € ^{5,8%} % Var. Receita Corrente



Receita de Capital

11.975.408 € ^{2,7%} % Var. Receita de Capital



Receita Própria

2.990.970 € ^{4,2%} % Var. Receita Própria



Dívida Financeira

14.071.648 €



Dívida Não Financeira

2.168.122 €



Dívida Total Relevante

16.303.745 €



Despesa Corrente

5.664.522 € ^{-35,2%} % Var. Despesa Corrente



Despesa de Capital

12.823.129 € ^{8,1%} % Var. Despesa Capital



Serviço da Dívida

12.174.013 € ^{5,6%} % Var. Serviço da Dívida



Saldo Global Efetivo

240.066 € ^{3.302.206 €} % Var. Saldo Global Efetivo



Saldo Primário Efetivo

802.443 € ^{3.667.323 €} % Var. Saldo Primário Efetivo



Despesa de Investimento / Receita Efetiva

16,4% ^{5,3%} % Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva



Saldo Total

3.658 € ^{3.022.864 €} % Var. Saldo Total



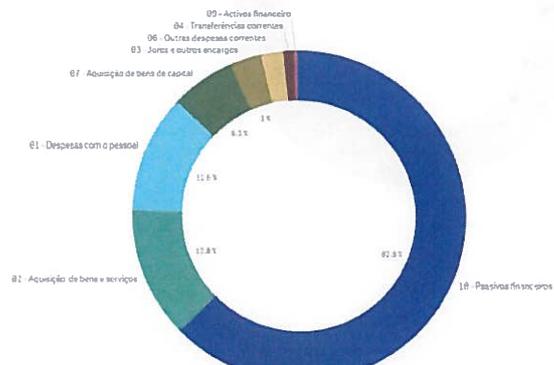
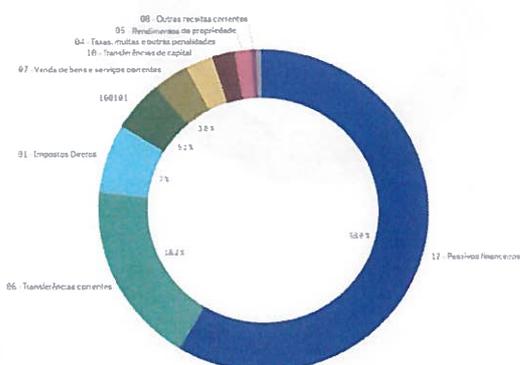
Transf. e Subs. / Receita Efetiva

2,7% ^{0,2%} % Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva



DPSD / Receita Efetiva

202,6% ^{13,3%} % Var. DPSD / Receita Efetiva





Principais Indicadores Financeiros

4T 2016

Receita Efetiva

7.749.753 € ^{+0,0%} % Var. Receita Efetiva

Dívida Financeira

18.619.262 €

Saldo Global Efetivo

896.524 € ^{+140.530 €} % Var. Saldo Global Efetivo

Despesa Efetiva

6.853.229 € ^{-2,0%} % Var. Despesa Efetiva

Dívida Não Financeira

0 €

Saldo Primário Efetivo

1.344.381 € ^{+190.513 €} % Var. Saldo Primário Efetivo

Despesas com Pessoal e Serviço da Dívida

22.656.037 € ^{+1,3%} % Var. DPSD

Dívida Total Relevante

18.620.660 €

Despesa de Investimento / Receita Efetiva

6,8% ^{-1,7%} % Var. Desp. Invest. / Receita Efetiva

Receita Corrente

7.019.154 € ^{+1,9%} % Var. Receita Corrente

Despesa Corrente

6.190.254 € ^{+3,6%} % Var. Despesa Corrente

Saldo Total

97.401 € ^{+101.270 €} % Var. Saldo Total

Receita de Capital

19.473.300 € ^{+0,1%} % Var. Receita Capital

Despesa de Capital

20.204.799 € ^{+0,2%} % Var. Despesa Capital

Transf. e Subs. / Receita Efetiva

10,6% ^{-3,5%} % Var. Transf. e Subs. SEL / Receita Efetiva

Receita Própria

1.975.358 € ^{+21,7%} % Var. Receita Própria

Serviço da Dívida

19.766.313 € ^{+1,4%} % Var. Serviço da Dívida

DPSD / Receita Efetiva

292,3% ^{+3,6%} % Var. DPSD / Receita Efetiva

